

# EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E  
CONJUTURA POLÍTICA

Um Periódico do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública:  
Marketing Político e Comportamento Eleitoral"

Ano 2 - N.11  
Novembro de 2010  
ISSN: 2176-4883



**DOSSIÊ**

## ELEIÇÕES 2010: O BRASIL QUE SAIU DAS URNAS

Carlos Augusto Souza  
Fabiano Santos  
Pedro Ribeiro  
Helcimara Telles  
Carlos Ranulfo

**Opinião**

Cloves Luiz Pereira Oliveira

**Resenha**

Kátia Ferreira Gontijo



## ELEIÇÕES 2010: POUCA COISA MUDOU

*The 2010 elections: few things changed*

Carlos Ranulfo Melo

*Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG*

✉ ranulfo@fafich.ufmg.br

O Brasil que emergiu das urnas no mês de outubro passado é muito parecido com aquele de 2006. O resultado reflete uma sensível estabilização do sistema partidário. Uma estabilidade obtida, em boa parte, graças ao padrão de interação adquirido pela disputa presidencial. Nas seis eleições disputadas desde 1989, apenas PT e PSDB estiveram presentes em todas e, a partir de 1994, estes dois partidos conseguiram imprimir uma dinâmica bipartidária ao pleito, conquistando, juntos, em média 81,9% dos votos válidos. Agora, em 2010, alcançaram 79,5%.

Evidentemente, Dilma não é Lula, mas não ficou muito atrás no que se refere aos votos conquistados: foram 56,05% contra os 60,83% de 2006. E até onde tal afirmação pode ser feita apenas com base em dados agregados, o atual presidente transferiu, de forma maciça, o seu eleitorado para sua candidata. Como resultado, o mapa bicolor (vermelho/azul) do país é praticamente o mesmo nos dois momentos: agora como há quatro anos, o PT venceu em 16 unidades da federação e o PSDB em 11. O quadro só não é idêntico porque desta vez os petistas ganharam no Distrito Federal, que em 2006 havia ficado com Alckmin; mas, em compensação, perderam no Espírito Santo, que agora votou majoritariamente em Serra. A destacar também a reação do PT no Rio Grande do Sul, onde Lula havia perdido de muito em 2006; as urnas abertas em 31 de outubro registraram um quase empate, com 50,94% dos votos válidos para o candidato do PSDB.

Mas como é sabido, o “bipartidarismo” da disputa presidencial não se espalha para os demais níveis da competição partidária no Brasil. No caso do Congresso, que aqui interessa mais de perto, entram em ação outros fatores, responsáveis pela manutenção de um elevado número efetivo de partidos

legislativos. O “vilão”, no caso, não é apenas o sistema de representação proporcional. O fato é que, na ausência de um sistema partidário nacionalmente estruturado, – ou seja, em um sistema onde a força dos partidos varia, e muito, a depender do estado – mesmo uma casa como o Senado, eleita com base em um sistema majoritário, permite o ingresso de um grande número de partidos. Nossa câmara alta terá, em 2011, nada menos do que 15 legendas e um número efetivo de partidos nunca igualado: 7,6. A Câmara dos Deputados não deixou por menos; bateu seu recorde e em 2011 abrigará 22 siglas, gerando um número efetivo igual a 10,8. Como diria Lula, nunca antes neste país houve tamanha fragmentação no Congresso Nacional.

A alta taxa de fragmentação, como vários autores já cansaram de argumentar, não tem impedido o presidencialismo brasileiro de funcionar, mas obriga os presidentes eleitos a incorporar muitos partidos em suas coalizões, ampliando as concessões a serem feitas e tornando mais complexo o trabalho de coordenação da base legislativa no Congresso. Com Dilma não será diferente, mas a presidente eleita, pelo menos em princípio, trabalhará em melhores condições do que Lula.

Por um lado, aprofundando a tendência observada em 2006, a oposição teve sua força reduzida nas urnas. As bancadas do DEM e PSDB diminuíram sensivelmente no Senado, tendo como referência o quadro atual os dois partidos perderam 11 votos, recuando de 29 para 18 cadeiras. Na Câmara o recuo foi relativamente menor. Os dois partidos, somados ao PPS, viram sua força cair de 130 para 108 deputados.

A situação, analisada em perspectiva, se revela mais complicada para o DEM, que nunca se saiu tal mal nas eleições para o Congresso. O partido, que entre 1986 e 2006 conquistou em média 21% das cadeiras em disputa no Senado, desta vez teve que se contentar com apenas 3,7% das vagas. Na Câmara, o Democratas elegeu 8,4% dos deputados, bem abaixo de seu desempenho médio no período citado acima, que foi de 16,5%.

O recuo tucano foi consideravelmente menor. No Senado, o partido conquistou 9,3% das vagas em disputa em 2010, enquanto a média para o período 1990/2006 foi de 16,5%. Na Câmara, a média foi de 14,0% das cadeiras: para o próximo período legislativo o partido garantiu 10,3% das vagas. Além de menor, o recuo do PSDB, ao contrário do que aconteceu com o DEM, foi compensado pelo excelente desempenho nas eleições para os governos estaduais. Ainda que o acúmulo de forças nos estados não se reverta em maior poder de fogo no Congresso – como se sabe, a tese de que os governadores controlam “suas” bancadas não possui sustentação empírica – o crescimento de seis para oito governadores, e em especial a manutenção de São Paulo e de Minas Gerais,

contribui para que a legenda tenha acesso a recursos importantes para a travessia de mais um período na oposição.

Por outro lado, a coligação eleitoral que sustentou a presidente eleita conquistou 311 cadeiras na Câmara (60,6%) e 38 no Senado (70,5%). Considerando os senadores remanescentes – que possuem mandato até 2014 – os partidos coligados contarão com 49 votos na casa (60,5%). Embora os partidos de esquerda (PT, PSB, PDT e PC do B) tenham crescido em relação a 2006, seu desempenho ficou um pouco abaixo do revelado pelos seus parceiros de centro-direita (PMDB, PR, PRB, PSC e PTC). Enquanto o primeiro bloco conquistou 28,4% das vagas na Câmara e 31,5% no Senado, o segundo elegeu 32,0% dos deputados e 38,9% dos senadores.

Não obstante, analisados os partidos isoladamente e considerando-se o resultado global das eleições, é correto dizer que PT e PSB se saíram melhor do que seus aliados. Os petistas conseguiram reeditar, nas duas casas, o desempenho de 2002, depois de sofrerem um recuo sensível em 2006. Além disso, recuperaram estados importantes, como o Distrito Federal e o emblemático Rio Grande do Sul. O crescimento do PSB foi menor no Congresso, mas o partido foi muito bem sucedido em sua estratégia de firmar-se nas disputas majoritárias no Nordeste – juntamente com o PT, o partido é diretamente responsável pelo definhamento do DEM naquela que até poucos anos era sua principal base eleitoral. Os socialistas conquistaram quatro dos nove governos da região além de no cômputo geral saírem das urnas como a segunda legenda em número de governadores eleitos (seis). O PMDB, por sua vez, saiu das urnas menor do que entrou. Manteve a bancada no Senado, mas perdeu deputados e governadores – neste último caso, se a comparação for feita com 2002, o recuo foi maior no Sul, região onde o partido havia elegido os três governadores.

Voltemos ao Congresso. Como sua coligação eleitoral obteve maioria qualificada nas duas casas, Dilma teria duas opções para a montagem do governo. Seria possível trabalhar com uma coalizão mais enxuta do que a atual, abrindo mão dos partidos que se colocam mais à direita – o PP e o PTB. O primeiro só apoiou a petista no segundo turno e o segundo integrou a chapa de Serra. Fossem os partidos brasileiros dotados de um grau de disciplina semelhante ao verificado nos países parlamentaristas, não haveria o que discutir. Não se justificaria a expansão da base aliada para além da coligação eleitoral e o governo poderia trabalhar com um Ministério mais homogêneo do ponto de vista ideológico. O problema é que as contas podem não fechar e o número de deputados e/ou senadores dispostos a bancar o governo pode se revelar menor do que a soma das bancadas leva a crer. De acordo com os dados disponibilizados pela literatura para o período que se estende desde o início dos

anos 1990<sup>1</sup>, apenas os deputados do PT e do PC do B apresentam uma taxa média de disciplina acima de 95%. No caso do PSB e do PDT, a lealdade ao partido fica em torno de 90%, enquanto no PR e no PMDB, 15% dos deputados costumam não seguir o líder – comportamento que pode se esperar para o PSC e o PRB, partidos para os quais não se possuem informações sistematizadas. No Senado, a taxa de disciplina do PDT cai para 85% e a do PMDB, para 83%.

A possibilidade de defecções, somada a eventuais dificuldades na mobilização dos legisladores, é o que faz com que se possa pensar em conservar a base aliada nos moldes atuais, trabalhando com uma coalizão super dimensionada: a manutenção do PP e PTB fará com que a base do governo na Câmara chegue a 373 deputados (72,7%) e a 60 senadores (74%). Como não existe apoio gratuito e como não são necessários mais do que 60% dos votos para tocar a agenda presidencial, qualquer que seja ela, torna-se evidente que esta segunda opção traz consigo, no mínimo, um componente de ineficácia. Quanto mais ampla e mais heterogênea a coalizão, maiores as chances de que os problemas daí advindos ultrapassem a vantagem representada pela folga numérica.

Seja como for, retomando as palavras iniciais deste texto, o quadro geral é de estabilidade. Uma estabilidade, é claro, à brasileira – sujeita a chuvas e trovoadas ocasionais. Dentre as questões que o resultado das urnas deixa em aberto, três merecem ser citadas, ainda que não seja possível discuti-las neste momento. Em primeiro lugar, trata-se de saber se, no plano da disputa presidencial, o resultado obtido por Marina Silva indica a possibilidade de que seja rompida a polarização PT/PSDB já em 2014. Em segundo, será preciso aguardar como se desenvolverá a disputa interna no PSDB. E, finalmente, cabe perguntar o que será do DEM, transformado em partido de porte médio, sem possibilidade de nova “refundação” e às voltas com sérias divergências internas.

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, Miranda, Geralda (2009). “A influência da dinâmica federal sobre o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal”. **Dados**, vol. 54 (4)  
Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.11, p. 28-31, nov. 2010.